



ENTREVISTA

“Não podemos obrigar a banca a conceder crédito sem critério”

João Vieira de Almeida, líder da sociedade de advogados VdA, diz que bancos não devem pagar dividendos, se for necessário para enfrentar crise. Recuperação será a várias velocidades, consoante o sector, defende. ● P20



ENTREVISTA JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA Managing Partner da VdA

“Não podemos empurrar a banca para a concessão de crédito sem critério”

João Vieira de Almeida lidera um dos maiores escritórios de advogados nacionais, com forte presença no setor financeiro. Ao JE, diz que concorda que os bancos não paguem dividendos devido à crise, mas alerta que não podem conceder créditos sem regras.

FILIPE ALVES
E MARIANA BANDEIRA
falves@jornaleconomico.pt

O advogado João Vieira de Almeida teme que esta crise destrua alguns setores da economia nacional ao ponto de ser difícil recuperarem a médio prazo. “Os ganhos feitos nos últimos anos, em termos de emprego e crescimento do produto, poderão estar irrecuperavelmente perdidos para os próximos tempos”, diz o *managing partner* da Vieira de Almeida (VdA). Em entrevista ao Jornal Económico, explica que o papel da sociedade é ajudar a mitigar o impacto no negócio dos clientes.

Que impacto prevê desta crise no mercado da advocacia de negócios?

É cedo para dizer, mas esta crise pode ser um “game changer”, com impactos profundos nalgumas sociedades e nos próprios equilíbrios do mercado, quer no que toca à posição relativa das firmas entre si, quer quanto à relação com clientes e demais parceiros. Esta crise tem duas características que são especialmente mortíferas, especialmente quando combinadas: a incerteza que gera quanto ao futuro e a paragem da atividade económica (por oposição à quebra da economia, que promove atividade). Para os advogados, como tenho repetido muitas vezes, releva a atividade económica e não a saúde da economia, embora um quadro de crescimento e confiança seja naturalmente muito melhor para todos. Uma paragem é algo com que nunca tínhamos lidado. Parece inevitável que a crise terá impacto nos resultados da VdA, mas não é possível ainda fazer uma estimativa confiável. Quanto ao futuro, estávamos bastante avançados processo de planeamento estratégico para 2024, que entretanto suspendemos, para que possa ser adaptado ao impacto das alterações que se antecipam para o pós-crise. E nesse cenário do futuro próximo em que estamos agora focados e a trabalhar ativamente.

Acredita numa recuperação rápida?



Cristina Bernardo

Penso que o Governo, e as autoridades em geral, intervieram de forma eficaz e rápida, dadas as circunstâncias. E, até porque não acredito em soluções perfeitas, parece-me que as medidas tomadas são em geral adequadas, atentos os recursos ao dispor e os inevitáveis compromissos políticos que só um idealista dispensaria. Quanto ao processo político de gestão da crise, julgo que seria difícil esperar melhor. Com algumas exceções, a comunicação foi e tem sido clara, com uma boa gestão de expectativas (exceção feita à incompreensível decisão relativa ao 25 de Abril e 1º de Maio), a coordenação entre órgãos de soberania tem passado bem para fora, a preservação das regras democráticas foi assegurada e houve, ainda, a rara preocupação de ouvir a sociedade civil e os especialistas na condução da situação económica e da saúde pública.

Como está a VdA a enfrentar esta pandemia?

Definimos inicialmente quatro grandes objetivos: proteger a saúde dos colaboradores; assegurar a continuidade das operações; garantir condições de sustentabilidade; e manter toda a equipa, advogados e *staff*, a bordo. Uma vez definidas estas linhas, focámos a gestão em quatro eixos: clientes, pessoas, gestão da tesouraria e comunicação (interna e com todos os *stakeholders*). Entrámos em modo “*hope for the best, prepare for the worst*”. Fazemos uma gestão conservadora mas extremamente dinâmica da situação. Criámos uma equipa de gestão de crise, que monitoriza e discute diariamente um conjunto de KPI que nos dão uma indicação da evolução da situação, externamente e no que toca à firma. Procuramos antecipar a direção a seguir e, entretanto, lançámos um programa de preparação da retoma, procurando identificar as áreas de aposta e preparar a organização para o que antecipamos será uma realidade diferente daquela que conhecíamos antes da Covid-19. Com exceção de uma pequeníssima equipa que se mantém nas instalações em Lisboa, temos toda a gente a trabalhar a partir de casa e o resultado excede as expectativas. ●

“

Estou de acordo em que os bancos devem limitar o pagamento de dividendos, na medida em que o reforço de capital seja indispensável para vencer a crise

Não. Acredito numa recuperação a várias velocidades, em diferentes setores, muito subordinada à evolução da situação não só em Portugal, mas também, ou sobretudo, nos mercados de que estamos mais dependentes.

A banca é um setor que conhece bem. Tem sido afirmado que os bancos devem retribuir o apoio que os portugueses lhes deram depois da crise de 2008. Concorda?

Olhar para a situação da banca numa perspectiva de ajuste de contas parece-me perigoso. Nós fomos forçados, como contribuintes, a intervir no sistema bancário

porque tal foi essencial para proteção de todos, e não dos bancos ou dos seus acionistas. Estou de acordo em que os bancos devem limitar o pagamento de dividendos este ano, na medida em que o reforço de capital seja indispensável para vencer a crise, mas não podemos empurrar a banca para a concessão de crédito desprovida de critério, sob pena de podermos voltar à crise financeira e à necessidade de intervenção dos contribuintes.

Que balanço faz da atuação do Governo e das autoridades de saúde portuguesas face a esta pandemia?